



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

**PROCESSO: 29808/2013**

**ASSUNTO: Edital de Concurso Público.**

**PARECER Nº 1152/2015-CF**

**EMENTA:** Concurso Público. Edital nº 01/2013 já apreciado pelo TCDF. Processo arquivado. Representação apresentada por Deputados Distritais e Comissão de “aprovados” no Concurso Público. Edital. Cláusula de Barreira. Exame de admissibilidade. Conhecimento da Representação. Contratação Temporária. Parecer anterior parcialmente divergente, no sentido do conhecimento da Representação, não pela cláusula de barreira, mas pela linha da contratação temporária. Decisão TCDF nº 3243/2015 pelo retorno do processo para justificativas da Secretaria de Educação. Apresentação de justificativas e juntada de Novo Memorial. *Fase atual: Análise das alegações apresentadas. SEFIPE pela improcedência. MPC/DF ratifica parecer anterior.*

Tratam os autos da análise de Representação oferecida por 24 Deputados Distritais a respeito de possível irregularidade vista no Edital nº 01/2013-SEAP/SE, no que diz respeito à formação de cadastro reserva (subitem 9.1)<sup>1</sup>, sendo o mesmo insuficiente “*ante a subestimativa do quantitativo de cargos efetivos de professor disponíveis na Secretaria de Educação*”. Em adendo, indica-se Representação, de similar conteúdo, protocolada por “*Comissão de Professores e Orientadores Educacionais aprovados nas provas objetivas de conhecimentos gerais e específicos dos respectivos concursos e eliminados por causa de uma cláusula casuística*”.

2. Com efeito, o principal questionamento apresentado diz respeito à redação do **subitem 9.1**, Edital no 01/2013-SEAP/SE, que estabeleceu um quantitativo mínimo de cargos efetivos que poderiam ser considerados aprovados, sendo os demais eliminados. Indica-se, em síntese

---

<sup>1</sup> **9.1.** *Somente os candidatos considerados aprovados e classificados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, até a classificação correspondente a 5 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas neste Edital, incluindo os empatados na última posição e a reserva de vagas para os candidatos com deficiência, serão convocados para a Avaliação de "Títulos" e "Experiência Profissional", ficando os demais candidatos não convocados, reprovados e eliminados do concurso para todos os efeitos (Edital no 01/2013...).*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

apertada, que a formação deste cadastro se apresenta aquém das reais necessidades de provimento por parte da SE/DF, impedindo a Administração Pública convocar um número que supriria a real demanda existente. Requerem, pois, que se DECLARE a nulidade do subitem 9.1 do Edital (Súmulas 346 e 473 do STF<sup>2</sup>), em face dos princípios da eficiência, da economicidade, da razoabilidade, da finalidade e da supremacia do interesse público, convocando os professores aprovados na etapa eliminatória, para a realização da prova de títulos e experiência profissional. Em complemento, requerem informações sobre a quantidade de cargos vagos (2010 até 2014), por disciplina, a quantidade atual de contratos temporários que ocupam cargos efetivos, e o números de professores e orientadores educacionais que foram exonerados, aposentados, falecidos, além dos novos cargos efetivos criados por lei. Os fundamentos, questionamentos e demandas apresentados pela Comissão, de alguma forma, repetem os tópicos já mencionados.

3. A respeito do tema, este MPC/DF já manifestou seu posicionamento em demanda anterior, **parecer nº 318/2012-CF (processo 15258/2009)**, transcrito, *no essencial, a seguir*:

*8.Como se observou anteriormente são três pontos principais que devem ser apreciados, quais sejam: a) legalidade do subitem 12.1.1 (cláusula de barreira); b) possibilidade de nova turma de curso de formação; e c) alteração de edital normativo para chamamento de novos candidatos, prorrogando-se o concurso para efetivação das medidas.*

*9.No que diz respeito ao primeiro ponto elencado, conforme o defendido pelo corpo técnico, não vislumbro qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade em referida cláusula - devendo essa ser mantida, bem como decisão TCDF a respeito - a saber:*

*12.1.1. Com base na lista organizada na forma do subitem 11.11.1 deste edital, serão convocados para o Curso de Formação Profissional 2 (duas) vezes o número de candidatos aprovados e classificados dentro das vagas indicadas no subitem 2.7 deste edital, observada a reserva de vagas para candidatos portadores de*

---

<sup>2</sup> **SÚMULA 346.** A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE DECLARAR A NULIDADE DOS SEUS PRÓPRIOS ATOS.

**SÚMULA 473.** A ADMINISTRAÇÃO PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIÇÃO JUDICIAL.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

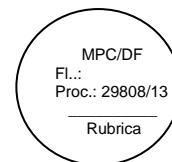
*deficiência e respeitados os empates na última posição, sendo considerados eliminados os demais candidatos não convocados para esta etapa, exceto se as vagas previstas no item referido não forem preenchidas.*

10. *Cláusula editalícia que objetive obstar que candidatos ultrapassassem determinada fase alcançando etapas posteriores (cláusula de barreira), encontra fundamento nos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade. Trata-se de um mero **critério de eliminação, um limite**, possível de ser adotado pela Administração Pública, sob critério da **conveniência e oportunidade**. Outro fundamento poderia ser utilizado, nem por isso passível de questionamento, como um limite por **nota mínima**. Perfeitamente possível que sejam estabelecidos limites para aprovação/reprovação, mesmo em concurso que não tenham apenas uma fase, desde que essas fases sejam eliminatórias e não meramente/unicamente classificatórias, conforme dispuser o Edital. Ademais, a exceção prevista na parte final do item, qual seja, não preenchimento das vagas previstas, não se concretizou. Na mesma linha decidiu o STF, conforme já exposto no parágrafo 5º. Ademais, registre-se que o **TCDF já firmou entendimento** a respeito da matéria neste mesmo processo. Vejamos parte do voto do ilustre Conselheiro Renato Rainha, relator do feito:*

*Não incorrendo em ilegalidade, compete à Administração estabelecer as regras do processo seletivo, de acordo com os seus critérios de conveniência e oportunidade. Por isso, não tenho motivos para divergir da sugestão apresentada pela Inspetoria e que foi corroborada pelo Ministério Público de Contas, sobretudo por que verifico que a convocação de candidatos para o curso de formação profissional de duas vezes o número de candidatos aprovados e classificados dentro das vagas indicadas, está previsto no edital do certame (vide item 12.1.1 do edital) e tem por base o princípio da eficiência, constituindo-se em ato discricionário da Administração.*

11.A decisão nº **2996/2010** não foi diferente:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 57/90; II - esclarecer ao autor da missiva de fl. 85 que a regra contida no subitem 12.1.1 do Edital nº 01/2009-SEPLAG/AFC, publicado no DODF de 04.06.2009, foi fixada com base no Poder Discricionário da Administração Pública e nos Princípios da Eficiência e da Razoabilidade; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento do concurso público em exame.(grifamos).*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

12. Quanto à formação de nova turma, a análise deve partir, necessariamente, da **cláusula 12.1.1 do Edital**. Em sua parte final, ficou expresso que não constando o candidato no número estabelecido na convocação para o Curso de Formação, serão considerados **eliminados os demais candidatos**, ressalvando o não preenchimento das vagas anteriores. Tendo em vista que todas as vagas oferecidas foram preenchidas, segundo se informa nos autos, os que não foram convocados estão **eliminados, e não simplesmente classificados**. Não se trata aqui de formação de cadastro de reserva, que supostamente poderia assegurar pretensão dentro do prazo de validade do concurso, a depender de diversas variáveis envolvidas, mas de verdadeiro critério de eliminação, um corte. Havendo a eliminação, não há como se exigir convocação para curso de formação. Homologado o concurso, seu objeto foi extinto, não podendo agora ser alterado o Edital inicial, em especial que não contenha nenhuma mácula, conforme já decidiu o TCDF. Aqui, o princípio que deve prevalecer é o da **vinculação os termos do edital**, sendo esse a Lei do Concurso, vinculando não só os candidatos, mas, **sobretudo**, a Administração Pública. Privilegia-se a Segurança Jurídica, princípio fundamental do Estado de Direito. Diversas decisões proferidas pelo Poder Judiciário caminham nesta direção, indicando aqui MS 23.784/STF, RMS 23.601/STF, RMS 23.809/STJ, entre outras.

13. Por fim, só restaria a possibilidade de alteração do Edital. Novamente aqui a resposta deste Ministério Público de Contas apresenta-se **negativa**. Existe sim a discricionariedade administrativa nesta hipótese, só que limitada ao aspecto temporal, sendo esse a Homologação já efetivada em 12.02.2010 (MS 26862/DF E MS 27160/DF – STF). No caso, também aqui não se fala em qualquer violação a princípio constitucional, ao contrário, preserva-se a legalidade, impessoalidade e a isonomia. Quer-se alterar cláusula editalícia, não presente qualquer ilegalidade, mesmo depois de homologado concurso público, o que não encontra qualquer respaldo por parte deste Ministério Público de Contas.

14. Em adição, cabe manifestação deste MPC/DF quanto à possibilidade de nomeação de aprovados, mas não classificados dentro das vagas previstas no Edital, expirado prazo de validade do concurso, quando de abertura de novo certame. Novamente a resposta deste parquet apresenta-se **negativa**, na linha da jurisprudência pátria predominante, vejamos:

**RMS 23787/ DF - DISTRITO FEDERAL**  
**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA**  
**Relator(a): Min. ELLEN GRACIE**

**Julgamento: 05/02/2002. Órgão Julgador: Primeira Turma.**

**EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO - MANDADO DE  
SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*POLÍCIA FEDERAL - CANDIDATA APROVADA MAS NÃO CLASSIFICADA DENTRO DAS VAGAS PREVISTAS PARA O CURSO DE FORMAÇÃO - EXPIRAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE - ABERTURA DE NOVO CONCURSO - PRETERIÇÃO – INEXISTÊNCIA. Ambas as Turmas desta Corte, em decisões recentes, firmaram o entendimento de que não há direito ao*

*ingresso no curso de formação nem a ocorrência de preterição na abertura de novo processo de seleção (quando já expirado o prazo de validade do anterior), com relação aos candidatos que, embora aprovados na primeira etapa do certame, não obtiveram classificação dentro do número de vagas previstas no edital. A participação em segunda etapa de concurso público assegurada por força de liminar cassada, posteriormente, em decisão definitiva, não é apta a caracterizar o direito líquido e certo à nomeação. Recurso ordinário a que se nega provimento.*

**RMS 23544 AgR / DF - DISTRITO FEDERAL .AG.REG.NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA.**

Relator(a): Min. CELSO DE MELLO.

Julgamento: 13/11/2001. Órgão Julgador: Segunda Turma

*Parte(s)*

AGTES. : CELIO JACINTO DOS SANTOS E OUTROS

ADVDS. : JOSÉ ANTONIO G. PINHEIRO MACHADO E OUTRO

AGDA. : UNIÃO FEDERAL

ADVDO. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**E M E N T A:** MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL - CANDIDATO NÃO CLASSIFICADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO EM EDITAL (EDITAL Nº 01/93) - CONCURSO PÚBLICO CUJO PRAZO DE VALIDADE JÁ SE EXAURIU - PRETENDIDO RECONHECIMENTO DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, A SER REALIZADO NO CONTEXTO DE NOVO CONCURSO PÚBLICO, ABERTO, POSTERIORMENTE, QUANDO JÁ ESGOTADO O PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME ANTERIOR - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO DA TEORIA DO FATO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*CONSUMADO - PRECEDENTES (STF) - AGRAVO  
IMPROVIDO.*

*Votação: unânime.*

*Resultado: desprovido.*

*Acórdãos citados: RMS-23255 (RTJ-171/823), RMS-23517(RTJ-176/1111), RMSA-23532, RMS-23538 (RTJ-173/515), RMS-23593, RMS-23719, RMSA-23848, RE-275159.*

4. Dessa forma, a cláusula de barreira não é, por si só, inconstitucional, sendo certo que, fazendo o edital lei entre as partes, não há que se alegar contestação após.

5. **No entanto**, a irresignação apontada refere-se, também, a outra questão, agora pertinente às **contratações temporárias**, sendo conhecido o entendimento desta representante do MPC/DF a respeito. Isso porque, a CF, no artigo 206, V, determina que o ingresso na carreira do magistério público deva ocorrer **exclusivamente** por concurso público, portanto, há dispositivo específico (para além do artigo 37, II) que torna inconstitucional a utilização, em linhas gerais, das contratações temporárias, no magistério público. Ao ver dessa representante do MPC/DF, o GDF deveria realizar tantos concursos quantos fossem os devidos para suprir a necessidade de mão de obra com professores concursados e aptos a ministrar educação pública de qualidade. A alegação de férias, licenças e outros não seria suficiente para as mencionadas contratações temporárias, pois a SEDF poderia suprir os claros, mediante correto planejamento.

6. No STF, a questão também não deixou de ser debatida, ocasião em que decidiu ser “*inconstitucional lei que institua hipóteses abrangentes e genéricas de contratações temporárias sem concurso público e tampouco especifique a contingência fática que evidencie situação de emergência*”. Além disso, sublinhou que a justificativa, para a contratação de pessoal, apenas com base na alegação de que se faz necessário suprir deficiências, ou de que deve ser usada apenas para preencher cargos vagos, não afastaria a inconstitucionalidade da norma. No ponto, asseverou que a lei municipal regular a contratação temporária de profissionais para realização de atividade essencial e permanente, sem que fossem descritas as situações excepcionais e transitórias que fundamentassem esse ato, como calamidades e exonerações em massa, por exemplo (RE 658026/MG, rel. Min. Dias Toffoli, 9.4.2014. (RE-658026). Vejamos o que dizia a lei:





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*Lei Municipal nº 509/1999 de Bertópolis/MG:*

*“(…)*

*Art. 192 – Consideram-se como necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:*

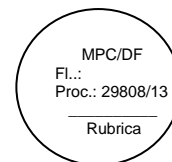
*(…)*

*III – suprir necessidades de pessoal na área do magistério.*

7. Em outro julgado, o STF, concluiu que a natureza da atividade pública a ser exercida, se eventual ou permanente, não seria o elemento preponderante para legitimar a forma excepcional de contratação de servidor. Assim, determinante para a aferição da constitucionalidade de lei, seria a transitoriedade da necessidade de contratação e a excepcionalidade do interesse público a justificá-la. Aludiu que seria possível haver situações em que o interesse fosse excepcional no sentido de fugir ao ordinário, hipóteses nas quais haveria justificativas para a demanda de uma prestação excepcional, inédita, normalmente imprevista:

**EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º, INC. VII, DA LEI 6.915/1997 DO ESTADO DO MARANHÃO. CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES POR TEMPO DETERMINADO. INTERPRETAÇÃO E EFEITO DAS EXPRESSÕES “NECESSIDADE TEMPORÁRIA” E “EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO”. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SUPRIR ATIVIDADES PÚBLICAS DE NATUREZA PERMANENTE. TRANSITORIEDADE CARACTERIZADA. PARCIAL PROVIMENTO DA AÇÃO. 1. A natureza permanente de algumas atividades públicas - como as desenvolvidas nas áreas da saúde, educação e segurança pública – não afasta, de plano, a autorização constitucional para contratar servidores destinados a suprir demanda eventual ou passageira. Necessidade circunstancial agregada ao excepcional interesse público na prestação do serviço para o qual a contratação se afigura premente autoriza a contratação nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição da República. 2. A contratação destinada a atividade essencial e permanente do Estado não conduz, por si, ao reconhecimento da alegada inconstitucionalidade. Necessidade de exame sobre a transitoriedade da contratação e a excepcionalidade do interesse público que a justifica. 3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para dar interpretação conforme à Constituição .**

8. Nesse caso, julgou constitucional norma maranhense que assim dispunha a respeito ( Adin 3247):



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*"Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.*

*Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:*

*(...)*

*VII - admissão de professores para o ensino fundamental, ensino especial, ensino médio e instrutores para oficinas pedagógicas e profissionalizantes, desde que não existam candidatos aprovados em concurso público e devidamente habilitados".*

9. Conforme já relatado em parecer anterior, porque novamente oportuno, lembro, mais uma vez, que o TCDF vem realizando **Auditorias anuais** com a finalidade de acompanhar a regularidade das contratações temporárias efetuadas pela SE/DF, tendo como principal objetivo verificar o **suprimento das carências definitivas**. Assim, foram citados os processos 3529/2013, 4695/2014 e 5077/2015<sup>3</sup>. Nos referidos autos, poucas foram as contratações que teriam desafiado a orientação do TCDF:

Contratações Temporárias 2012 – Total 7284 – Processo 3529/2013 – Total de contratações irregulares – 119.

Contratações Temporárias 2013 – Total 9272 – Processo 4695/2014 – Total de contratações "irregulares" **a justificar** – 149. \* Processo ainda não concluído.

<sup>3</sup> Decisão n.º 4953/12 ( processo 36104/11)

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu aos votos dos Revisores, Conselheiros RONALDO COSTA COUTO e INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – tomar conhecimento da Representação de fls. 1/23; II - autorizar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal a: a) dar conhecimento ao Plenário das fichas admissionais referentes às contratações temporárias atualmente existentes no Sistema de Registro de Admissões e Concessões – SIRAC em autos específicos; **b) adotar os procedimentos descritos no parágrafo 34 da Representação de fls. 1/23**; III – determinar o arquivamento dos autos." (grifamos)





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Contratações Temporárias 2014 - Total 8306 – Processo 5077/2015 – Total de Contratações “irregulares” **a justificar** - 123. \* Processo ainda não concluído.

10. Se é assim, não pelo argumento da cláusula de barreira, mas pelo argumento de haver indícios de que existem ilícitas e inconstitucionais contratações temporárias, o **MPC/DF opinou pelo conhecimento das Representações em tela**, e, com base na Decisão 660/15, sugeriu a oitiva da SE/DF para que informasse a situação das contratações temporárias e das vagas existentes na carreira magistério público do DF.

11. Não obstante a **SEFIPE** ter sugerido o não conhecimento da Representação, pelos fundamentos que alega, o **TCDF acolheu o parecer deste parquet**, conforme os termos da decisão nº 3243/2015 abaixo apresentada:

*I – conhecer das representações oferecidas, uma, por 24 (vinte e quatro) Deputados Distritais, às fls. 167/177, e outra, por cidadãos integrantes de “Comissão de Professores e Orientadores Educacionais”, às fls. 212/233; II – conceder prazo de 30 (trinta) dias à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para que se manifestem sobre os fatos narrados nas representações em tela, esclarecendo, ainda, a situação das contratações temporárias e das vagas existentes na carreira Magistério Público do Distrito Federal, nos últimos 5 (cinco) anos; III – autorizar: a) o encaminhamento à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal de cópia das representações, do parecer do Ministério Público junto à Corte e do Relatório/voto do Relator, para subsidiar a manifestação; b) a ciência desta decisão aos ilustres signatários da representação parlamentar e aos signatários da representação ofertada por cidadãos integrantes de “Comissão de Professores e Orientadores Educacionais”; c) o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins.*

12. Na atual fase são apreciadas as justificativas apresentadas pela SE/DF e Secretaria de Administração, bem como análise do Novo Memorial juntado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

13. Inicialmente, indica a **SEGAD** que destinou o concurso para 804 vagas de Professor, com previsão de nomeações semestrais a partir de 2014. Em adendo, conforme o disposto no subitem 9.1 do edital, somente os considerados aprovados e classificados na Prova Objetiva, até a classificação correspondente a 5 vezes o número de vagas ofertadas seriam convocados para a próxima etapa, ficando os demais reprovados e eliminados do concurso. Ofertada a possibilidade de impugnação ou alteração, concorreu normalmente o certame, sendo homologado sem qualquer questionamento das partes. No que diz respeito às contratações temporárias afirma que se deram nos termos da Lei nº 4266/2008 exclusivamente para suprir carências de afastamento previstos nas hipóteses legais. No que se refere às respostas oferecidas, *conclui a instrução:*

*16. De fato, o número de vagas definido no edital do concurso ora em destaque levou em conta a deliberação do Conselho de Política de Recursos Humanos, após ampla discussão entre os órgãos interessados. Não há como o Tribunal se imiscuir nessa seara. Ademais, o edital não recebeu qualquer impugnação por parte dos candidatos, que aceitaram a cláusula de barreira expressa no subitem 9.1 do normativo e que vieram a questioná-la somente após terem sido considerados eliminados do certame.*

*17. Em relação às contratações temporárias, importa comentar que é entendimento sedimentado na Corte que são necessárias para resguardar o cumprimento do mandamento constitucional que estabelece ser a educação direito de todos e dever do Estado (CF, art. 205 e LODEF, art. 221), desde que utilizadas nos exatos termos da Lei local nº 4266/2008 e destinadas exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira decorrente de vagas temporárias e afastamentos legais dos titulares.*

14. Quanto às respostas oferecidas pela **SE/DF**, a instrução manifesta-se pela sua procedência, cumprido então o teor do item II da Decisão nº 4406/2015, vejamos:

*20. A SE elaborou uma tabela com dados extraídos do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos–SIGRH, contendo a quantidade de contratos temporários celebrados entre os anos de 2010 e 2015.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

21. *Entendemos que são pertinentes as colocações da jurisdicionada. Conforme comentado anteriormente, o ordenamento pátrio permite a contratação temporária de professores nas hipótese expressamente listadas, em especial na Lei-DF nº 4266/2008.*

22. *Esta unidade técnica realiza auditoria de regularidade na SE anualmente, especificamente para analisar os contratos temporários celebrados no exercício anterior, focando a fiscalização nas admissões materializadas em carências definitivas de professores. Essas auditorias anuais decorrem da proposta aprovada pelo Tribunal no bojo do Processo nº 36104/2011<sup>4</sup> (Decisão nº 4953/2012).*

23. *Nas auditorias de 2013, 2014 e 2015, todas relativas às contratações temporárias realizadas nos exercícios imediatamente anteriores (Processos de nºs 3529/2013, 4695/2014 e 5077/2015), esta Divisão detectou que professores temporários foram contratados para preenchimento de carências definitivas. Contudo, após a análise dos esclarecimentos prestados pela SE, detectamos que a quantidade foi pequena, diante do número de contratações temporárias realizadas no ano.*

24. *A título de exemplo, no bojo da auditoria objeto do Processo nº 3529/2013, constatamos a contratação de 7.284 professores temporários ao longo de 2012, das quais 446 destinaram-se ao suprimento de carências definitivas. Dessas 446, apuramos que a grande maioria se deu pelo estrito espaço de tempo entre a abertura da carência definitiva e o efetivo provimento daquele cargo vago por um professor concursado (decorso dos prazos legais para posse e exercício). Assim, ao final, restaram apenas 119 contratações temporárias irregulares, que representam 1,63% (um vírgula sessenta e três por cento) da totalidade dos 7.284 contratos celebrados.*

25. *Verificamos que houve falhas no preenchimento do Sistema de Registro de Admissões e Concessões – SIRAC, quando realizadas comparações entre dados deste Sistema e do Sistema Único de Gestão de*

---

<sup>4</sup> “1. O Tribunal “tomaria conhecimento” de todos os contratos temporários já cadastrados no SIRAC, cujos prazos de validade estão encerrados; 2. Buscando atuação tempestiva e concomitante do TCDF, a análise dos contratos temporários, a partir de 2012, continuará sendo feita: a) de forma eletrônica (GESPRO e SIRAC), periodicamente, com atuação de processo específico em caso de suposta ilegalidade; b) via auditoria anual, por amostragem, focando a fiscalização nas admissões materializadas em carências definitivas de professores; 3. As contratações ocorridas em carências provisórias, permitidas por lei, o TCDF apenas delas tomaria conhecimento.” (grifamos)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*Recursos Humanos – SIGRH, conforme transcrito no parágrafo 25 do Relatório de Auditoria, in verbis:*

- *de 7.284 (sete mil, duzentos e oitenta e quatro) contratações temporárias realizadas em 2012, 5.070 (cinco mil e setenta) foram cadastradas no SIRAC, restando pendente de cadastramento 2.214 (duas mil, duzentos e quatorze) contratações;*
- *há casos em que a evolução contratual do professor temporário não foi toda cadastrada, posto que se verificou nos dossiês que, por exemplo, uma carência definitiva foi bloqueada por um professor efetivo ao longo do ano e tal informação não constava do SIRAC. Nesse caso, não haveria irregularidade na contratação, pois solucionada com o provimento do professor concursado;*
- *alguns usuários do SIRAC, ao se credenciarem para utilização do sistema, escolheram a SE como seu órgão de lotação, quando deveriam ter escolhido a respectiva Coordenação Regional em que estavam efetivamente lotados. Tal situação faz com que a contratação temporária de um professor que pertence a uma determinada Coordenação Regional fique no rol das contratações realizadas pela sede da SE.*

26. *Quando daquela fiscalização, pudemos orientar os servidores responsáveis pela contratação temporária de professores e pela alimentação do SIRAC acerca dos procedimentos legais a serem observados, de forma que a SE adotou melhores controles que resultaram em crescente diminuição de irregularidades nos exercícios seguintes.*

27. *Foi o que verificamos nos autos do Processo nº 4695/2014, quando auditamos a SE quanto às contratações realizadas em 2013. Pudemos verificar que houve um número maior de admissões temporárias (9.272) e um número bem menor de irregularidades iniciais: apenas 149. Estas ainda pendem de esclarecimentos por parte da SE, de forma que o percentual de admissões irregulares pode ser menor que 1% (um por cento).*

28. *No corrente exercício, a auditoria na SE foi rotineiramente feita no início do ano (Processo nº 5077/2015). Constatamos que a jurisdicionada contratou 8.306 professores temporários em 2014, sendo que 123 apresentaram irregularidade inicial, que ainda são objeto de diligência. Já se espera que, após os esclarecimentos da SE, este número deve ser reduzido.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*29. Assim, entendemos cumprida a determinação endereçada à SE/DF, a teor do item II da Decisão nº 4406/2015.*

15. No que se refere ao **Memorial Complementar**, resume o corpo técnico seus principais questionamentos:

- a ilegalidade da cláusula de barreira constante do subitem 9.1 do Edital Normativo, por gravitar em torno da discricionariedade administrativa, modulada por critérios de oportunidade e conveniência;
- a constitucionalidade da cláusula de barreira somente quando fundada em razoáveis critérios de discriminação, dentro de uma perspectiva financeira e de eficiência administrativa;
- a exceção à regra da constitucionalidade da cláusula de barreira no concurso público de professores ora em exame, tendo em vista que o Estado não age com discricionariedade ao promover certame para docentes, mas age por dever constitucional de promover a educação (arts. 205, 208 e 212);
- a ausência de perspectiva financeira, eis que a desclassificação de candidatos pelo subitem 9.1 teria resultado na abertura de processo seletivo simplificado para contratação temporária de professores. Caso não houvesse a limitação imposta pela cláusula de barreira, a SE disporia de mais de dez mil candidatos no cadastro de reserva e a Administração arcaria com alto ônus de realizar processo seletivo simplificado;
- a competência do TCDF para declarar a inconstitucionalidade do subitem 9.1 do edital, a teor da Súmula nº 347 do STF, com pedido expresso para que a Corte admita amplamente a Representação para que faça a apreciação da constitucionalidade daquele subitem;
- o princípio da eventualidade para, em caso de o Tribunal não admitir a Representação dos parlamentares e da comissão, *que seja a mesma admitida*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*pelo menos parcialmente, na esteira do I. Parecer do Douto Ministério Público de Contas, de forma que a ilegalidade/inconstitucionalidade se deslocasse do subitem 9.1 do edital para o Anexo I do normativo, alusivo ao Quadro de Vagas (subdimensionamento do número de vagas disponibilizado para o concurso público).*

16. Ato contínuo, após citar e especificar peças complementares trazidas ao conhecimento, aborda os temas levantados, concluindo pela IMPROCEDÊNCIA das representações oferecidas:

39. *A definição do número de vagas a ser disponibilizado em edital de concurso insere-se na seara de competência da Administração. É o órgão deliberativo de pessoal do DF, a atual Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do DF–GOVERNANÇA-DF, que delibera sobre as decisões relativas à Política de Recursos Humanos que impliquem em aumento de despesa prevista no orçamento. Ao que parece, as antigas funções do Conselho de Política de Recursos Humanos–CPRH<sup>5</sup> foram assumidas pela GOVERNANÇA-DF, a teor do art. 6º, VIII, do Decreto nº 36.240/2015. (....)*

41. *Importa frisar que, conforme alhures deliberado pelo TCDF, as contratações temporárias são necessárias para que os alunos da rede pública mantenham o cronograma educacional, desde que realizadas nas hipóteses definidas na Lei local nº 4.266/2008. Mencionamos nos parágrafos precedentes que esta DIADM, nas auditorias de regularidade anuais que vem realizando na SE para verificar a adequação das contratações temporárias, verificou que o número de irregularidades é ínfimo e vem diminuindo no tempo.*

42. *Assim, com o devido respeito, ousamos expor entendimento diverso da tese dos pleiteantes de que o número de vagas estabelecido no*

---

<sup>5</sup> Era competência do CPRH analisar as demandas que tratam de autorização para realização de concursos públicos e nomeação de concursados, após estudos envolvendo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da medida, o quantitativo de vacâncias ocorridas nos cargos a serem providos, o quantitativo de servidores ativos nos cargos a serem providos, a lotação dos futuros servidores, os resultados esperados para os serviços prestados, bem como a compatibilidade com a política de gestão de pessoas do DF.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

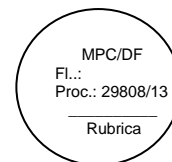
*Edital nº 01/2013 -SE foi subestimado e que houve consequente excesso de contratações temporárias de professores, para suprir as lacunas deixadas no concurso público.*

43. *Também discordamos da assertiva de que o subitem 9.1 do Edital nº 01/2013-SE comprometeu a formação do cadastro de reserva. Está expresso nesse subitem que os candidatos que não obtiveram classificação correspondente a 5 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas no edital não seriam convocados para a Avaliação de Títulos e Experiência Profissional, ficando **reprovados e eliminados do concurso** para todos os efeitos. Não há que se falar que foram excluídos do cadastro de reserva professores aprovados na fase eliminatória do concurso quando eles poderiam compor esta listagem com grande possibilidade de exercerem sua “expectativa de direito à convocação” (fl. 168). E nem tampouco que docentes que não conseguiram aprovação em concurso público adquirem primazia em detrimento daqueles aprovados em certame. A premissa válida, a teor da regra expressa claramente no subitem 9.1 do edital, é de que candidatos que não se classificaram em até 5 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas no edital foram **REPROVADOS e ELIMINADOS** do concurso, não sendo correta a menção a “professores aprovados na fase eliminatória” ou “aprovados em certame”. Revela-se indiscutível a eliminação dos candidatos que ora pleiteiam o prosseguimento no certame. (...)*

45. *Como o edital é a lei do concurso, conforme sedimentado entendimento doutrinário e jurisprudencial, vinculando a Administração e os candidatos, não existem aprovados no certame para Professor em diversos componentes curriculares, objeto do Edital nº 01/2013, aptos a serem nomeados. Foram os próprios requerentes que afirmaram que, em apenas seis meses, o cadastro de reserva de 1.016 (hum mil e dezesseis) professores de Atividades se esgotou com a convocação de todos os seus componentes, sendo forçoso reconhecer que, para vários componentes curriculares, esse certame encontra-se encerrado por consumação do objeto, apesar de ainda não ter escoado o seu prazo de validade.*

46. *Importa ressaltar também que os candidatos excedentes, ao se inscreverem no concurso, concordaram com as disposições editalícias e não interpuseram impugnação ao edital normativo em tempo hábil.*

47. *De mais a mais, dois anos já se passaram desde a divulgação do Edital nº 01/2013-SE, de forma que seria mais produtivo que os interessados em prover o cargo de Professor na SE/DF pleiteassem a realização de novo concurso público e viabilizassem novas nomeações, após o esgotamento da nomeação de todos os aprovados no certame anterior. (.....)*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*49. In casu, se porventura a pretensão dos ilustres requerentes for atendida, outros concursos públicos também poderão arrastar-se no tempo, servindo de precedente a eventual ampliação, permitida neste certame, do número de candidatos aprovados.*

*50. Firmes nesses argumentos, somos por que o Tribunal considere improcedente a representação interposta pelos ilustres Deputados Distritais e pela Comissão de Professores e Orientadores Educacionais, por insubsistência própria de suas razões.*

17. Conforme manifestação externada no início deste parecer, **que agora se ratifica**, este MPC/DF entende que não há qualquer ilegalidade/inconstitucionalidade, **por si só**, na presença da cláusula de barreira, citando para tanto diversas decisões judiciais que trilham por igual caminho. Por outro lado, somente a afirmação da legalidade da cláusula não ajuda no deslinde da questão, porquanto presentes rotineiramente na Secretaria de Educação as já conhecidas contratações temporárias que nem sempre são utilizadas nos estritos limites legais definidos pelo TCDF e normativos legais aplicados à espécie, não obstante entendimento divergente deste MPC/DF considerando a utilização deste instrumento como forma de contratação objetivando **burla** ao concurso público. Então, entende-se haver indícios mais que suficientes que ditas **contratações temporárias ilícitas** vêm ocupando as vagas destinadas aos servidores efetivos, vagas essas que devem ser providas necessariamente e apenas mediante concurso público.

18. Assim, indicado pela unidade técnica ter havido a mencionada deturpação do instrumento, por menor percentual em relação ao todo conforme Auditorias indicam, *necessário e imperioso* se torna que, **no estrito quantitativo das hipóteses que se revelam contrárias à excepcionalidade, devem ser chamados para a fase de apresentação de títulos e classificação tantos candidatos quantos forem as vagas temporárias preenchidas ilegalmente.**

É o parecer.

Brasília, 23 de novembro de 2015.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA**  
Procuradora - MPC/DF